

ANC

P 6

Críticas do governo levam a mudanças no projeto da Constituição

por Francisca Stella Fogó
de Brasília

Por conta das críticas do Palácio do Planalto à primeira versão de projeto integral da Constituição, uma enxurrada de emendas será apresentada até a meia-noite de hoje à Comissão de Sistematização.

Coordenado pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), um grupo de constituintes empenha-se em preparar emendas destinadas a alterar integralmente o projeto elaborado pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, não obstante o entendimento do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e do próprio Bernardo Cabral.

Ulysses e Cabral sustentam que o regimento da Constituinte impede a apresentação de emendas que mudem o conteúdo do projeto nesta etapa. Ulysses considera que somente os temas relativos à Comissão de Família, Educação, Ciência e Tecnologia — que não concluiu o seu projeto — poderiam ser objeto de emendas de conteúdo. Cabral considera que até mesmo os temas da Comissão de Família, cujo projeto ele próprio redigiu, somente poderiam ser passíveis de emendas de redação até que o projeto chegue ao plenário no dia 17 de julho.

Absolutamente inaceitável no projeto de Bernardo Cabral, segundo o líder do governo, é o que ele chama de "pulverização do governo".

O sistema de governo previsto no projeto, segundo Sant'Anna, será evidente fator de crise. Não propriamente para o governo do presidente José Sarney, que após a promulgação da nova Constituição nomearia um primeiro-ministro cujos atos estariam imunes por seis meses de reprovação pelo parlamento. Seria o tempo de o primeiro-ministro formar uma boa base parlamentar para sustentar o governo até a escolha do novo presidente.

O problema viria depois. Um presidente eleito por mais de 35 milhões de votos, com toda a simbologia de ser o primeiro presiden-

te escolhido por eleições diretas depois de muitos anos, teria muito menos poder que o primeiro-ministro, um parlamentar, eleito em 1986, com poucos milhares de votos.

Sant'Anna pondera também que o projeto acabou por deixar reticências sobre a titularidade da chefia do governo. Na votação da Comissão do Sistema de Governo, caiu uma regra que atribuía ao presidente da República a chefia do governo. Como não foi colocada outra regra em seu lugar, o assunto, de tamanha importância, ficou indefinido no projeto.

Os próprios autores do projeto têm consciência de que criaram um sistema de governo propício à crise, argumenta o líder do governo. Previram nas disposições transitórias a proibição de o sistema de governo ser alterado antes do prazo de cinco anos. Mas há outra incoerência, diz. O projeto prevê a possibilidade de se convocar um plebiscito para a decisão sobre a manutenção ou mudança do sistema de governo um novo campo fértil a crises e indefinições, segundo Sant'Anna.

TRABALHADORES

Outro capítulo em que o líder do governo concentra suas atenções é o da Ordem Social. Também a capacidade de o setor privado arcar com as garantias dos trabalhadores deve ser avaliada, afirma o líder do governo.

Sant'Anna conta com um grupo de assessores, cujos nomes não declinou, para formularem propostas para o capítulo da Ordem Social. Ele pretende também ouvir os trabalhadores sobre a estabilidade aos 90 dias, garantia que, segundo ele, poderá representar rotatividade aos 89 dias.

O capítulo da Ordem Econômica também preocupa o líder do governo. A proposta aprovada na comissão, segundo ele, não é adequada. Mas prefere não entrar em detalhes. Dois contribuintes, os deputados Nyder Barbosa (PMDB-ES) e Sérgio Werneck (PMDB-MG) formulam emendas sobre o tema, que serão discutidas com Sant'Anna.